Divisão Técnica - DIT
Proc. Nº 047/16
Fls. 131
Rubrica:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

CONTRATO Nº 086/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNAI/CR NORTE DE MATO GROSSO E A EMPRESA MJB VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI/COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DE MATO GROSSO, com sede na avenida do Colonizador, n.º 379, Setor sul, Bairro Centro, em Colíder-MT, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.059.311/0067-52, representada neste ato pelo seu Coordenador Regional Substituto, o Senhor **Marcelo Fraccari Canova**, Brasileiro, Casado, Portador da Carteira de Identidade nº **964806**, expedida pela **SSP/MT**, e CPF.: nº 828.881.081-00, nomeado pela **Portaria nº 611/PRES DA FUNAI** de 16/06/2014, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **MJB VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.236.934/0001-03, situada na Rua Miguel Sutil, 5.561 A, Santa Helena, Cuiabá – MT, telefone (65) 3315-4500, neste ato representada pelo Senhor **Salmen Kamal Ghazale**, portador do CPF n.º 366.789.531-34 e RG n.º 1049909-1 SJ/MT, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, de acordo com as formalidades constantes do Pregão Eletrônico - FUFMT n.º 17/2015, mediante adesão à Ata de Registro de Preços n.º 231/2015 decorrente do mesmo, em conformidade com os dispositivos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 6.204/2007, Decreto 7.892/2013, Decreto nº 3.772, de 09/01/2001, alterado pelo Decreto 4.485, de 25/11/2002 (Regulamenta o SICAF), e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, observará ainda demais legislações vigentes, pertinentes ao objeto licitado e demais normas aplicáveis à espécie aos quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto na prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial, para atender as demandas da Coordenação Regional Norte de Mato Grosso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, **contados a partir de 01/11/2016,** podendo a juízo exclusivo da CONTRATANTE e com vistas à obtenção de preço e condições mais vantajosas, mediante termos aditivos, ser estendida por períodos subsequentes, observado o limite de 60

EN BLANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

(sessenta) meses, na forma prevista no inciso II, do Art. 57, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - A empresa contratada deverá iniciar a prestação dos serviços na data de início da vigência do Termo de Contrato.

Parágrafo Segundo - No prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, a CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato os seguintes documentos:

I. Planilha-resumo de todos os seus empregados disponibilizados para cumprimento do contrato, com as seguintes informações: nome completo, número do CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio alimentação), horário de trabalho, data de exigibilidade das férias **(versão impressa e digital);**
II. Comprovantes individuais de qualificação para a função, solicitados no item 4.5 – DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA A FUNÇÃO;
III. Comprovante de seguro de vida para cada empregado nos termos do item 5.3 – DO SEGURO DE VIDA;
IV. Relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pelos Vigilantes nos Postos;
V. Atestados de Antecedentes Civis e Criminal de cada um dos seus empregados disponibilizados para cumprimento do contrato, com validade na data de apresentação;

CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA:

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 17/2015 com seus anexos, a proposta da Contratada e demais elementos constantes do processo 08100.000031/2016-10.

EN BLANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

A Coordenação Regional Norte de Mato Grosso pagará os seguintes valores para itens contratados:

LOTE 1: Serviço de vigilância e segurança patrimonial						
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Local**	**Qtde**	**V. Unit. (R$)**	**Total (R$)**
01	Vigilância patrimonial armada 12h - noturno	Posto	CR Norte de Mato Grosso	01	9.150,19	9.150,19
03	Vigilância patrimonial armada 12h - diurno	Posto	CR Norte de Mato Grosso	01	7.718,52	7.718,52
VALOR MENSAL TOTAL (R$)						**16.868,71**

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO

O valor global do presente contrato é de **202.424,52 (duzentos e dois e mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos)** para o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

UGR: 194036
PTRES: 089637
PI: FI 999050 ADM
Fonte: 01000000
Natureza de Despesa: 33390.37.03
Nota de Empenho: 2016NE8000069, de 27/04/2016

Parágrafo único - No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

CLÁUSULA OITAVA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES CONTRATADAS

1. Das atribuições dos Vigilantes:

I. Executar a segurança do estabelecimento em que prestar serviços, nos locais e horários designados pelo encarregado e/ou Vigilante Supervisor;
II. Agir com respeito e cordialidade no trato com colegas de trabalho, funcionários e comunidade em geral, mantendo atitude, postura e comportamentos condizentes com o decoro da profissão;
III. Colaborar com as Polícias Civil, Militar e Federal, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Coordenação Regional, facilitando, o máximo possível, a atuação daqueles policiais, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
IV. Permanecer no seu posto de serviço, não se afastando do local, a não ser nos seguintes casos:
    a. Para conduzir presos ou detidos;
    b. Em perseguição a suspeitos;
    c. Para socorrer alguém ou pedir ajuda;
    d. Com autorização do encarregado/supervisor;
V. Procurar esclarecer-se sobre dúvidas quanto ao serviço com o seu chefe direto, ou com o vigilante responsável pelo local onde estará recebendo o serviço;
VI. Em serviço, estar sempre sóbrio e chegar com pontualidade para receber armamento e observações concernentes ao local de trabalho, comunicando, com a antecedência necessária, a eventual impossibilidade de comparecer ao mesmo;
VII. Cumprir as determinações recebidas e executá-las de acordo com as exigências de serviço;
VIII. Ser reservado no trato de assuntos relacionados ao serviço;
I. Tomar conhecimento, com antecedência, da escala de serviço e das instruções existentes;
II. Zelar pelo material, instalações, mobiliário e outros bens do estabelecimento e pela conservação de seu armamento, munição e equipamento;
III. Procurar conhecer as pessoas do estabelecimento onde trabalha;
IV. Somente recorrer ao uso da arma em legítima defesa;
V. Fazer sentir que sua presença no local de trabalho é útil, tendo por finalidade básica a atuação preventiva;
VI. Comparecer à instrução de atualização e aperfeiçoamento, objetivando melhoria dos conhecimentos profissionais;
VII. Identificar as pessoas suspeitas dentro do recinto em que servir;
VIII. Agir prontamente, na ocorrência de fato anormal, como incêndio, desordens internas, homicídio, espionagem, sabotagem, desabamento, assalto ou qualquer outra ação criminosa;
IX. O vigilante deverá, em serviço, estar sempre uniformizado e portando credencial de identificação da Instituição;
X. Controlar o tráfego de veículos na área da Coordenação Regional (em casos excepcionais);

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

XI. Isolar e identificar áreas no campus, onde venham acontecer eventos e/ou concursos;
XII. Fazer o controle de chaves de prédios e/ou unidades da Instituição;
XIII. Comunicar imediatamente à Coordenação Regional Norte de Mato Grosso qualquer anormalidade verificada, inclusive com relação aos funcionários, visitantes e demais profissionais, para que sejam adotadas as providências necessárias;
XIV. Impedir o ingresso, nas dependências da Coordenação Regional, de pessoas não previamente autorizadas e identificadas;
XV. Controlar a entrada e saída de materiais e bens não patrimoniais e reter autorizações para a saída de bens pertencentes ao acervo patrimonial da Coordenação Regional;
XVI. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o(s) posto(s), quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anormalidade observada nas dependências da Coordenação Regional;
XVII. Comunicar, através do relatório de Ocorrências, à Coordenação Regional todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da mesma;
XVIII. Controlar, seguindo normas estabelecidas pela Contratante, à entrada e saída de pessoas fora do horário de expediente de trabalho, em feriados e finais de semana, fazendo anotações em formulários próprios, e para conhecimento da Fiscalização;
XIX. O registro e relato das ocorrências devem ser feitos pelo vigilante ao Vigilante Supervisor. Tais controles deverão ser disponibilizados ao preposto do contrato e ao Fiscal sempre que for solicitado;
XX. Inspecionar os veículos no estacionamento e contactar com os proprietários dos veículos irregularmente estacionados;
XXI. Fazer rondas nas dependências dos setores designados;
XXII. Observar normas de economia e desperdício de energia elétrica, indicadas pela fiscalização da contratante;
XXIII. Controlar, segundo orientação da Fiscalização da Contratante, o acesso aos prédios de vendedores, sacoleiros, pedintes e outra prática assemelhada à mercancia.

CLÁUSULA NONA – DOS LOCAIS E HORÁRIOS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

a) Os serviços deverão ser prestados à Coordenação Regional Norte de Mato Grosso de **domingo a domingo**, mediante escala de trabalho de 12h x 36h, e horário de Trabalho:

I. Vigilante Noturno - das 19h00min às 07h00min (com intervalo intrajornada);
II. Vigilante Diurno - das 07h00min às 19h00min (com intervalo intrajornada);

b) O horário e os postos de trabalho poderão ser alterados conforme necessidade da Coordenação Regional, respeitando-se a jornada de trabalho e a cidade de cada lote.

EN BLANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS REQUISITOS MÍNIMOS DAS FUNÇÕES

I. VIGILANTE:

a) Comunicação com boa desenvoltura, fluência verbal, cortesia e polidez;
b) Demonstração de profissionalismo, iniciativa e desenvoltura compatível com a função a ser desempenhada;
c) Ensino Médio completo;
d) Experiência mínima de 06 (seis) meses de desempenho na função;
e) Curso de Vigilante, registrado na Policia Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE DA CARGA HORÁRIA

O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, cabendo **exclusivamente à mesma,** a **substituição** de seus funcionários nas ocorrências de faltas ou interrupções no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

A CONTRATADA deverá fornecer jogos de uniforme completos e equipamentos de trabalho, **a todos os profissionais**, sem repasse dos custos a estes, conforme as quantidades mínimas estabelecidas a seguir, devendo substituí-los sempre que houver necessidade.

a) A entrega do uniforme e equipamentos junto aos funcionários da contratada deverá ocorrer de forma que todos os prestadores de serviço **compareçam uniformizados no primeiro dia de prestação de serviços do contrato**;

VIGILANTE:

I. Uniforme (masculino e feminino):

- 03 (Três) camisas sociais em tecido tipo tricoline ou similar, manga curta, na cor branca;
- 03 (Três) camisas sociais em tecido tipo tricoline ou similar, manga comprida, na cor branca;
- 03 (Três) Calças ou Saias tipo esporte fino, com zíper, em tecido Oxford ou similar, na cor preta, e saia na altura do joelho;
- 01 (um) cinto em couro preto;
- 01 (um) par de meias;

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

- 01 (um) crachá de identificação, com foto, em PVC;
- 02 Sapatos ou Coturnos com solado de borracha;
- 02 Quepes ou boné com emblema;
- 01 Jaqueta de frio ou Japona;
- 01 Capa de chuva;
- 01 Crachá com foto no tamanho 3x4;
- 01 Cinto com coldre e baleiro;

II. **Equipamentos (masculino e feminino):**

- 01 (um) apito;
- 01 Cordão de Apito;
- 01 Lanterna de três pilhas;
- Pilhas para lanterna;
- 01 Revólver calibre 38;
- Munições para revólver calibre 38;
- 01 Colete Balístico.
- 01(um) rádio transmissor conforme requisitos definidos no termo de referência;

b) Mediante a concordância da fiscalização do contrato, a Contratada poderá utilizar uniforme padronizado já utilizado pela empresa;
c) Havendo prorrogação do contrato, a empresa deverá fornecer novos jogos completos de uniforme no prazo de até 20 (vinte) dias corridos do início da vigência da prorrogação;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

A Contratada deverá fornecer e responsabilizar-se pela distribuição dos **EPI's – Equipamentos de Proteção Individual** aos trabalhadores envolvidos na prestação de serviço, bem como pela fiscalização de seu uso, de acordo com a Norma Regulamentadora NR6 – Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho com suas alterações e demais legislações pertinentes. A seleção dos equipamentos de Proteção Individual (EPI) deverá ter atenção:

I. Aos riscos a que o trabalhador está exposto durante o trabalho;
II. Às condições de ambiente em que exerce a atividade;
III. À parte do corpo a proteger;
IV. Às características do próprio trabalhador;

EMBARGO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

a) Orientar quanto ao uso correto dos dispositivos de proteção;
b) Registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico;

c) Fornecer ao trabalhador somente o EPI aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;

d) Os EPI´s – Equipamento de uso Individual – deverão ser substituídos sempre que necessário, devendo ser complementados conforme NR6, baseado nas condições do ambiente de trabalho, riscos de exposição e atividades exercidas pelo trabalhador;

e) O Prazo de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's será imediatamente após o início da vigência do Contrato;

f) Esclarecer e informar a todos os seus empregados que o desrespeito às normas de segurança e meio ambiente constitui falta de natureza grave, passível de demissão por justa causa, nos termos do artigo 482 da CLT.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SEGURO DE VIDA

Conforme previsto na cláusula **16º da CCT 2014,** a contratada deverá manter seguro de vida em favor de todos os seus funcionários, devendo comprovar ao fiscal do contrato o cumprimento deste item antes do início da prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

a) O depósito dos salários deverá ocorrer até o 5.º dia útil do mês posterior a execução do serviço;

b) O pagamento das verbas indenizatórias de vale-transporte e auxílio alimentação deverá ocorrer antecipadamente à prestação de serviço pelo funcionário, nos termos da legislação vigente;

c) Considerando o disposto no Art. 19-A, inciso III da IN 02/2008, o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito via depósito bancário na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação do serviço;

EMBARGO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INSTALAÇÃO DO ESCRITÓRIO E DO PREPOSTO

a) A CONTRATADA deverá instalar escritório na cidade de localização do lote ao qual prestará os serviços, devendo sua comprovação ocorrer no prazo de **60 (sessenta) dias contados** a partir do início da vigência do contrato:

I. Lote 01 – Cuiabá/MT (adesão – Colíder – MT)

b) Caso a empresa seja vencedora de mais de um lote do certame, poderá optar entre as cidades de prestação de serviços, desde que no mínimo haja 01 (um) escritório disponível na cidade de prestação de serviços de um lote vencido;

c) Considerando o disposto no Art. 68 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA deverá **manter preposto, no local da prestação dos serviços (CIDADE)**, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, **sempre que for necessário**, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

d) O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se a unidade fiscalizadora, em até 02 (dois) dias úteis após o início da vigência do contrato, para firmar, juntamente com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativo à sua competência;

,

e) A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

f) Quando houver substituição do preposto, a CONTRATANTE deverá ser previamente comunicada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, com a indicação de todos os dados do novo preposto;

g) O preposto deverá manter contato com o fiscal do contrato, com o objetivo de sanar qualquer demanda, tanto na área de administração de pessoal, de fornecimento de material, como esclarecer questões relacionadas às faturas dos serviços prestados, objeto do contrato;

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MEDIÇÃO E DO FATURAMENTO

a. O faturamento deverá ser mensal (1 a 30) e a Coordenação Regional **pagará somente pelos serviços efetivamente prestados**.

b. Para àqueles prestadores de serviços que forem **não optantes de vale-transporte**, a CONTRATADA deverá faturar o valor unitário do posto deduzido o valor previsto para o vale-transporte e suas incidências (zera-se o campo VT na planilha de custo e formação de preços);

c. Considerando o Prêmio de Assiduidade da CCT, atualmente no valor de **R$ 82,60**, para àqueles prestadores regulares de serviço que não cumprirem os requisitos de recebimento, a CONTRATADA deverá faturar o valor unitário do posto deduzido o valor previsto para o Prêmio de Assiduidade e suas incidências (zera-se o campo na planilha de custo e formação de preços);

d. Nos casos de substituição do regular prestador de serviço ocupante do posto e caso haja divergência entre a opção do ocupante do posto e o seu substituto, a CONTRATADA deverá realizar o faturamento considerando os valores proporcionais de cada opção de transporte, considerando o quantitativo de dias correspondentes;

a. **Antes de emitir a nota fiscal de serviços**, a CONTRADA deverá encaminhar ao **fiscal do contrato** um relatório de medição dos serviços, acompanhado dos seguintes comprovantes:

I. Planilha-mensal (medição) que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias e horas efetivamente trabalhados, férias, licenças, faltas, ocorrências e substitutos, total da carga horária mensal trabalhada;
II. Cópia da Folha de Frequência **referente ao mês a ser faturado na Nota Fiscal**;
III. Cópia dos Contra Cheques/Holerites dos funcionários alocados na execução dos serviços, referente ao **mês a ser faturado na Nota Fiscal**;
IV. Comprovantes de pagamento de vales-transportes, auxílio alimentação e demais benefícios previstos na CLT e CCT.

b. O fiscal do contrato terá o prazo de **até 05 (cinco) dias úteis, para aprovar ou rejeitar a medição recebida.**

I. Caso aceite emitirá notificação para a CONTRATADA concordando com a medição realizada e com os valores propostos;

EMBARGO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

II. Caso rejeite, emitirá uma notificação para a CONTRATADA discorrendo sobre os itens em que há divergência para corrigi-los/complementá-los no prazo de até 03 (três) dias úteis;

c. **Após a medição**, a empresa CONTRATADA deverá encaminhar **ao fiscal do contrato**, a Nota Fiscal e os documentos citados abaixo, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento, a qual conterá o endereço, o CNPJ, o número do contrato, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto do contrato e valores discriminados.

d. Na apresentação da Fatura para pagamento, deverão ser anexados os seguintes documentos:

I. Nota Fiscal – CNPJ do contratado;
II. Comprovação do pagamento do PIS (do mês anterior ao faturado);
III. Comprovante do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes à **fatura vencida (do mês faturado na NF)**, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados:
    1) Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
    2) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet (ou cópia autenticada);
    3) Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
    4) Cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).
    5) Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;
    6) Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet (ou cópia autenticada);

IV. Comprovantes do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à nota fiscal a qual a empresa pleiteia o pagamento:
V. Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
VI. Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

VII. Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS (anualmente após o vencimento do prazo do MTE);

VIII. Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a CAGED (do mês anterior ao faturado);

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

a) O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, através de termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, mediante apresentação (protocolo) da Nota Fiscal e da documentação de faturamento pela CONTRATADA;

b) No ato do recebimento da Nota Fiscal pela CONTRATANTE, será feita uma consulta no SICAF, sobre a validade da documentação obrigatória e de habilitação da CONTRATADA;

I. Caso o SICAF da CONTRATADA não esteja atualizado, deverão ser aplicados os procedimentos descritos no §4º da IN 02/2010:

c) Após o recebimento provisório, o fiscal do contrato terá o prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, para aprovar ou rejeitar a Nota Fiscal e a documentação recebida;

I. Se aceitar, o recebimento definitivo (atesto) será realizado pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

II. Se rejeitar, **em sendo detectadas inconformidades entre a medição e a Nota Fiscal ou a falta de documento obrigatório**, o CONTRATADO será notificado para corrigi-los/complementá-los no prazo de até 03 (três) dias úteis. A notificação suspenderá o prazo de recebimento, passando a contar a partir da nova entrega do documento faltante ou apresentação de nova nota fiscal. A notificação da contratada sobre inconformidades será realizada pela contratante, através do fiscal do contrato.

d) **CASO A FALHA SEJA EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS E NÃO HAJA A APRESENTAÇÃO PELA CONTRATADA**, considerando ser uma obrigação contratual que afeta diretamente a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, as quais, subsidiariamente responde à Coordenação Regional, **o ateste será**

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

realizado, contudo será expedida notificação para a CONTRATADA solicitando a apresentação dos documentos ou defesa prévia no prazo de 05 dias úteis. Em persistindo a falta de documentos, o processo administrativo será encaminhado à PROAD propondo a aplicação de sanções administrativas;

e) **CASO A FALHA SEJA EM RELAÇÃO AOS VALORES FATURADOS E NÃO HAJA A CORREÇÃO NO PRAZO CITADO ACIMA,** o ateste da Nota Fiscal poderá ser realizado **com ressalva de glosa**, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando o contratado (Art. 36 §6º IN SLTI 02/2008):

I. Não produzir os resultados, de deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
II. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
III. Caberá ao fiscal do contrato **notificar a empresa** quando da ocorrência de ateste de nota fiscal com ressalva de glosa, informando a memória de cálculo utilizada;

f) Caberá ao fiscal do contrato **notificar a empresa** quando da ocorrência de ateste de nota fiscal com ressalva de glosa, informando a memória de cálculo utilizada;

g) Nos casos de ateste de notas fiscais com ressalva de glosas, considerando o disposto no Art. 76 da Lei 8.666/93, e ainda o prazo de pagamento, o processo administrativo será encaminhado para pagamento junto a Coordenação Financeira a fim de quitar a parcela efetivamente atestada, cabendo a Contratada arguir recurso administrativo sobre a diferença em discussão, caso queira;

h) O encaminhamento da Nota Fiscal/Fatura atestada para pagamento deverá ser realizado pelo fiscal do contrato, **mediante processo administrativo, o qual será encaminhado à** Gerência de Contratos de Serviços e deverá ser instruído de acordo com as documentações citadas anteriormente e outras específicas definidas no contrato e ainda o estabelecido na Ordem de Serviço PROAD nº 03/2013;

i) Mensalmente, por ocasião do encaminhamento de notas fiscais para pagamento, **o fiscal do contrato emitirá um relatório de fiscalização e pagamento** que anotará todas as ocorrências contratuais registradas no período de competência da nota fiscal, bem como o relato pormenorizado da medição efetuada, incluindo a verificação (check list) para cada profissional terceirizado da existência dos documentos que comprovam o pagamento de todas as verbas trabalhistas e previdenciárias pela empresa Contratada;

EN BLANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

CLAUSULA DÉCIMA NONA - DO PAGAMENTO

a. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de **até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo do serviço**, devidamente atestado pelo fiscal do contrato.
b. Em sendo detectado inconformidades no faturamento da Nota Fiscal de Serviços, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a CONTRATADA será notificada para corrigi-los no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sendo que a respectiva Nota Fiscal/Fatura será restituída a CONTRATADA para as correções necessárias e o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
c. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.
d. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, a CONTRATADA será notificada pelo Fiscal do contrato para proceder à regularização. A contratada, depois de notificada, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o Fiscal certificará o fato e submeterá o assunto à autoridade competente. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio Fiscal poderá baixá-la e carreá-la aos autos, sem necessidade de comunicar o fato à CONTRATADA.
e. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
f. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
g. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
h. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula (IN 02/2008 Art. 36 §4º):

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos Moratórios.
VP = Valor da parcela a ser paga.
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX \div 100)}{365}$$

TX = Porcentual da taxa anual = 6%

$$I = \frac{(6 \div 100)}{365}$$

I = 0,00016438

i. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta cláusula, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na Coordenação Regional.

j. Serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, a favor da CONTRATADA, as multas que por ventura lhe tenham sido aplicadas, após regular processo administrativo e desde que a CONTRATADA não efetue o pagamento voluntário no prazo ajustado. Caso não existam créditos, o valor correspondente à multa será descontado da garantia contratual sendo que, se a multa imposta for superior aos valores da garantia prestada ou dos créditos devidos a CONTRATADA, além da perda da garantia e/ou dos créditos, a diferença será cobrada por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU.

k. O não pagamento da multa implica inscrição da CONTRATADA na Dívida Ativa da União.

l. Fica vedado à CONTRATADA negociar as duplicatas advindas da presente contratação, em Bancos, Instituições financeiras ou de "factoring", devendo mantê-las em carteira, porquanto os pagamentos serão efetivados diretamente na conta bancária do credor, conforme prescreve o art. 44 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

m. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas e indenização pelos danos decorrentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA REPACTUAÇÃO

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor contratado será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas, bem como documentos comprobatórios, para a análise e posterior aprovação da

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

CONTRATANTE, na forma instituída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 2008.

a. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

b. Considerando o disposto no anexo I da IN 02/2008, entendem-se como INSUMOS DIVERSOS os uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços.

c. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

   I. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: da data do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato.

   II. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

d. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a respectiva repactuação anterior.

e. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

f. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

g. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

ORIGINAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

h. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

i. Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei;

j. Os reajustes dos itens envolvendo INSUMOS DIVERSOS (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei) e materiais, observando o disposto no art. 40, inciso XI da Lei nº 8.666/1993, serão efetuados com base no índice nacional de preços ao consumidor amplo – IPCA /IBGE e devem ser calculados conforme fórmula abaixo, de acordo com o último índice conhecido.

k. Para fins do cálculo do reajuste anual, será sempre utilizado o índice (IPCA), devendo ser aplicadas as seguintes fórmulas (conforme manual do TCU):

$Ir = (I1 - Io) / Io$
$R = Vo \times Ir$
$V1 = Vo + R$

Onde: Io - índice correspondente à data base da proposta (data prevista para abertura da licitação); I1 - índice correspondente à data para qual se deseja reajustar o valor; Ir - índice de reajustamento; R - valor do reajustamento procurado; Vo - preço original da proposta, na data base (valor a ser reajustado); V1 - preço final já reajustado;

l. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

m. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

n. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

o. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

EMBARGO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

p. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

q. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, apresentando:
   I. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas, notas fiscais ou outros equivalentes que comprovem o aumento dos preços de mercado;
   II. Memória de cálculo do índice de reajustamento e os comprovantes de publicação;

r. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
   i. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
   ii. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
   iii. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

s. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

t. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos mediante processo administrativo devidamente protocolado.

u. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

v. Por ocasião da prorrogação do contrato, o percentual do item "aviso prévio trabalhado" será zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano.

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do contrato da Coordenação Regional, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogável por igual período a critério da CONTRATANTE, contado da data de início da vigência do contrato (ou termos aditivos), comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar pelas seguintes modalidades:

I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
II. Seguro – garantia;
III. Fiança bancária;

a. A garantia deverá assegurar qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. Prejuízos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração a CONTRATADA;

IV. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA;

b. A garantia, se prestada na forma de **fiança bancária ou seguro-garantia**, deverá ter validade mínima de 03 (três) meses após o término da vigência contratual (total de 15 meses), sendo renovada no caso de prorrogação, por igual período.

c. **Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária** em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados na alínea "A".

d. No caso de seguro-garantia, a proporção de cobertura para as obrigações trabalhistas e previdenciárias deverá corresponder a 60% do valor da garantia.

e. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da Coordenação Regional.

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

f. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do art. 61 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, podendo a Coordenação Regional recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

g. No caso de garantia na modalidade de carta de fiança a mesma deverá ser emitida por instituição bancária devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e deverá constar da mesma expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

h. A INOBSERVÂNCIA DO PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA ACARRETARÁ A APLICAÇÃO DE MULTA DE 0,07% (SETE CENTÉSIMOS POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO POR DIA DE ATRASO, ATÉ O MÁXIMO DE 2% (DOIS POR CENTO).

i. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

j. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções a CONTRATADA.

k. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela Contratante, em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a licitante vencedora deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.

l. A qualquer tempo, mediante comunicação à CONTRATANTE, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades aqui previstas.

m. A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual ou complementada nos casos de alterações contratuais que ensejarem a majoração do valor global do contrato.

n. A garantia será considerada extinta:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da

DRAFT

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

Divisão Técnica - DIT
Proc. Nº 097/16
Fls. 151
Rubrica:

Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

II. Após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

o. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e caso esse pagamento não ocorra até o fim do 2º mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, nos termos do Art. 19-A, inciso IV da IN 02/2008 (retificado em 09 de janeiro de 2014 – publicado no DOU nº 6, Seção 1, pg.58/59).

p. A CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

I. Caso fortuito ou força maior;
II. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
III. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração;
IV. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;

q. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas na alínea "P";

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
2. Manter preposto aceito pela Administração, nas condições estabelecidas no termo de referência;
3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato após regular processo administrativo garantido a ampla defesa e o contraditório, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados nos termos do Edital, Termo de Referência, anexos e legislação vigente;
6. Recrutar, selecionar, contratar e encaminhar à CONTRATANTE, os funcionários que prestarão os serviços, colocando, imediatamente, à disposição da CONTRATANTE, o pessoal necessário à sua execução, nos respectivos postos e nos horários fixados na escala, elaborada pela mesma, tendo suas funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, de acordo com a qualificação mínima exigida, cabendo-lhe ainda efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções etc.;
7. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;
8. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;
9. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;
10. Em caso de rescisão e substituição de qualquer funcionário, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente atualizar os documentos de aptidão junto à Fiscalização da CONTRATANTE;
11. Substituir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, qualquer profissional alocado para prestação de serviços que não demonstre a necessária capacidade técnica no desempenho das suas atividades ou, ainda, cujo comportamento seja julgado incompatível com as normas internas da CONTRATANTE;
12. Providenciar o fornecimento e substituição, sem ônus para a CONTRATANTE, de todo material ou bens danificados em consequência de manipulação ou uso inadequado por seus empregados, desde que restar comprovado mediante a instauração de processo administrativo que garanta ampla defesa e contraditório as partes envolvidas;
13. A CONTRATADA deverá adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em decorrência da espécie forem vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados nas dependências da Coordenação Regional;
14. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Fiscal do Contrato, inclusive naquilo que diz respeito ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

Medicina do Trabalho ou ainda que vise a resguardar a segurança das dependências onde serão prestados os serviços, inclusive quanto ao controle de acesso a edifícios, quando houver, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições na execução dos serviços, venham a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, de modo direto ou indireto;

15. Providenciar os exames médicos, admissional, demissional e periódicos de seus empregados, conforme legislação trabalhista, devendo apresentar a comprovação da realização dos exames à Coordenação Regional;
16. Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes dos pagamentos de todos os empregados, o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como os referentes ao fornecimento de auxílio transporte e auxílio alimentação, sendo responsável pela observância de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais que direta ou indiretamente sejam aplicáveis ao objeto do contrato;
17. No caso de afastamento de empregados, inclusive por férias, licenças, etc., a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE e substituí-los, mesmo em se tratando de períodos curtos, no intuito de preservar o mesmo número de profissionais;
18. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, na forma da lei mediante Termo Aditivo;
19. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
20. É de responsabilidade da CONTRATADA, a contratação de seguros de vida para cada funcionário que prestará serviço nesta Instituição, apresentando comprovante de pagamento do seguro, mediante listagem fornecida pela seguradora, conforme determina a CCT da categoria;
21. Pagar a remuneração de seus empregados conforme CCT vigente, envolvidos na execução do contrato, até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, e conforme a legislação em vigor, independentemente do pagamento de suas faturas pela CONTRATANTE, sendo tal obrigação prestada através de recursos que seja de pronta disponibilização ao trabalhador;
22. **Diagnosticar e viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de início da prestação dos serviços, a emissão do CARTÃO CIDADÃO, expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os seus empregados alocados no contrato;**
23. **Diagnosticar e viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de início da prestação dos serviços, o acesso a seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;**
24. A CONTRATADA deverá fornecer a seus empregados, sempre que solicitado pela fiscalização, a cópia do extrato de recolhimentos dos prestadores de serviços;
25. Manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos ou materiais manipulados por seus empregados, dedicando especial atenção à sua guarda, quando for o caso;

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

26. Utilizar-se de mão de obra qualificada, atendendo os requisitos mínimos estabelecidos no termo de referência, registrada em seu quadro de pessoal, mantendo-a devidamente uniformizada e portando crachá de identificação e EPIs necessários, quando em serviço nas dependências da Coordenação Regional;

27. Acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação do trabalho;

28. Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;

29. Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por empregados seus que estejam ou em algum momento estiveram envolvidos na prestação de serviços para a CONTRATANTE, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com esta CONTRATANTE. A omissão da CONTRATADA nas demandas dessa natureza será considerada falta grave, sujeitando-a a aplicação das sanções previstas no contrato, em especial, a de suspensão temporária de licitar e contratar com a CONTRATANTE, assegurada prévia defesa;

30. Efetuar a substituição de mão de obra em caráter imediato, quando de eventuais ausências do Vigilante, não sendo permitida a prorrogação de jornada de trabalho;

31. Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CONTRATANTE, por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual com a CONTRATANTE;

32. Não permitir que seja cumprida por seus empregados jornadas de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, respondendo pelo prejuízo e arcando com os ônus que eventualmente tal fato possa acarretar. Fica entendido que todos os empregados da CONTRATADA ficarão exclusivamente sob sua supervisão e controle, sendo, portanto, a mesma, única e exclusiva empregadora para todos os efeitos legais e contratuais;

33. Repassar aos Vigilantes em substituição quando da passagem de posto, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como qualquer irregularidade observada;

34. Manter em poder dos Vigilantes em serviço, os telefones dos Plantões da Segurança interna da Contratante, Polícia Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de água, luz e telefones locais, bem como outros que poderão ser fornecidos posteriormente;

35. A CONTRATADA deverá adotar uniforme de cores diferentes da utilizada pelo pessoal da CONTRATANTE que também tenha idênticas funções, visando uma maior atenção da fiscalização da CONTRATANTE;

36. Comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, mediante apresentação de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, bem como todas as habilitações exigidas pela Lei nº 7.102/83,

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

respectivas alterações, bem como pelos Decretos nº 89.056/83 e 1592/95 e ainda pela Portaria DPF nº 992/95 alterada pelas Portarias DPF nº 277/98 e MJ 893/87;

37. Promover reciclagem de dois em dois anos, a contar da data do término da formação ou da última reciclagem do vigilante, através de empresas de cursos devidamente autorizadas, com acompanhamento da CONTRANTANTE, sempre que solicitado;
38. Providenciar, anualmente, a renovação dos exames de saúde física e mental do vigilante e apresentar comprovante à CONTRATANTE;
39. Apresentar revisão anual da autorização para funcionamento, em nome do licitante, emitida pelo Ministério da Justiça;
40. Assumir total responsabilidade pela guarda do armamento nos períodos em que o mesmo não esteja sendo utilizado, não podendo as mesmas ser guardadas ou deixadas nos recintos da Coordenação Regional, na forma da legislação vigente;
41. As armas deverão receber limpeza e lubrificação adequada e as munições deverão ser substituídas por novas, a cada 12 meses, em caso de renovação contratual;
42. Identificar todos os equipamentos de sua propriedade, tais como revólver, lanternas, e outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
43. Apresentar a Administração a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pelos Vigilantes nos Postos;
44. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao vigilante no momento da implantação dos Postos;
45. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;
46. Submeter à CONTRATANTE, antes do início da execução do contrato, a relação de vigilantes e sua respectiva distribuição, nos postos de trabalho, bem como Atestados de Antecedentes Civis e Criminal de cada um deles com validade na data de apresentação;
47. São expressamente vedadas à CONTRATADA:
    a) A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
    b) **A subcontratação para a execução do objeto do contrato;**

CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Fornecer todas as facilidades à contratada para o bom andamento do serviço contratado;
2. Exercer a fiscalização do contrato por servidores especialmente designados, na forma prevista da Lei n.º 8.666/93;
3. Atestar a execução dos serviços;
4. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas, mediante a apresentação dos respectivos comprovantes conforme item 7.3 – DO FATURAMENTO MENSAL;

EMBARGO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

5. Solicitar o imediato afastamento ou substituição de qualquer empregado que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
6. À Administração reservar-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, direta ou por preposto designados, podendo para isso:
   I. Examinar as Carteiras Profissionais de Trabalho dos funcionários colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional compatível com o solicitado;
   II. Notificar a CONTRATADA por escrito sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para quem sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, fixando prazo para sua correção;
   III. Conhecer e reunir-se com o Preposto, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar as metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato, ficando devidamente registrado;
   IV. Verificar sua execução, ou seja, verificar se estão sendo atendidas na sua plenitude as especificações contidas neste Termo, exigindo da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas;
   V. Zelar para que os valores a serem pagos no contrato, não ultrapassem os créditos correspondentes, existentes no empenho da despesa do contrato, sem que existam créditos orçamentários para suportá-los, como o prazo de vigência contratual;
   VI. Impedir que terceiros executem o objeto contratual;
   VII. Indicar a localização dos postos de serviço, observado o limite fixado no Edital e seus Anexos e no Contrato;
   VIII. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

a. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, com atribuições específicas, nos termos art. 67 da Lei nº 8.666/93.
b. A CONTRATANTE designará servidores para acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços denominados GESTORES DE CONTRATO (FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO), os quais realizarão a verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, os quais ainda registrarão em livro de ocorrências, na forma de relatório, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, estabelecendo prazo para regularização das falhas ou defeitos observados.

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

c. A Administração poderá ainda designar outros servidores para auxiliar o trabalho destes gestores, quando da necessidade de estabelecer um fiscal técnico de contrato e um fiscal administrativo de contrato (IN 02/2008, Art. 31).
d. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão submetidas à apreciação da autoridade competente da CONTRATANTE, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art.67,§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.
e. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas.
f. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerente ao objeto do Contrato, deverão se prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.
g. É direito da fiscalização, rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Termo de Referência.
h. A fiscalização exercida no interesse da Administração não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
i. Além das disposições elencadas acima, a fiscalização contratual afeta à prestação dos serviços seguirá, no que couber, o disposto **no anexo IV da IN SLTI/MP nº 02/2008, suas alterações e ainda a Ordem de Serviço PROAD n.º 003/2013.**

CLAUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á pela fiscalização do contrato, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT: (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013):

a) **NO PRIMEIRO MÊS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

b) **ENTREGA ATÉ O DIA TRINTA DO MÊS SEGUINTE AO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS AO SETOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO** dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social ;
2. 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
4. Certidão de Regularidade do FGTS; e
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

ENTREGA, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO, de quaisquer dos seguintes documentos:

1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

c) Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados na alínea "a" do inciso I deverão ser apresentados (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);

d) Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);

e) A Administração deverá analisar a documentação solicitada na alínea "d" do inciso I no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente (Incluído pela Instrução Normativa n.º 6, de 23 de dezembro de 2013);

f) Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra deverão

EN BLANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

oficiar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil – RFB (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);

g) Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho e Emprego (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);

h) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções (Redação dada pela Instrução Normativa n.º 6, de 23/12/2013);

i) A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação (Incluído pela Instrução Normativa n.º 3, de 16 de outubro de 2009);

CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA– DAS PENALIDADES

Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial das obrigações, ou o descumprimento de qualquer cláusula ou condição contida no edital e seus anexos, a Coordenação Regional poderá, garantida prévia defesa, aplicar ou propor ao fornecedor, conforme o caso, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II – Multa por infração cometida, sobre o valor total do Contrato, conforme tabela abaixo:

a. **1%** (um por cento) por **ocorrência,** incidente sobre o **valor mensal estimado do contrato**, pelo descumprimento de qualquer outra condição ajustada no contrato que não tenha previsão específica;

b) **2%** (dois por cento) **por dia**, até o limite de 5% (cinco por cento) incidente sobre **o valor mensal estimado do contrato**, nos seguintes casos:

- Atrasar injustificadamente a entrega ou substituição dos uniformes;
- Após Notificação Oficial, deixar de **substituir empregado** que se apresentar em desacordo com o estabelecido no Edital/Termo de Referência;

c. **2%** (dois por cento) **por ocorrência**, incidente sobre o **valor mensal estimado do contrato**, nos seguintes casos:

- Reincidência em faturamento de serviços e emissão de Nota Fiscal divergente da medição dos serviços efetivamente prestados;

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

- Reincidência na falha de instrução das documentações obrigatórias de faturamento de serviços conforme especificações do termo de referência;

d. 2% (dois por cento) **por dia**, até o limite de 10% (dez por cento) incidente sobre **o valor mensal estimado do contrato**, nos seguintes casos:

- Manter, injustificadamente, em serviço **número de empregados inferior** ao avençado no Contrato;
- Atrasar injustificadamente a assinatura de termo aditivo em que o objeto seja a alteração unilateral do contrato, após convocação oficial;

e. **3%** (três por cento) **por empregado**, até o limite de 15% (quinze por cento), incidente sobre o **valor mensal estimado do contrato**, nos seguintes casos:

- Deixar de cumprir normas relativas à segurança do trabalho ou deixar de fornecer EPIS;
- Deixar de cumprir outras normas relativas à legislação trabalhista ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria sem previsão específica;

f. **3%** (três por cento) **por empregado e por mês**, até o limite total de 60% (sessenta por cento), incidente sobre o **valor mensal estimado do contrato**, nos seguintes casos:

- Não recolhimento ou recolhimento irregular do FGTS dos empregados envolvidos na prestação dos serviços (para cada mês);
- Não recolhimento ou recolhimento irregular das contribuições sociais dos empregados envolvidos na prestação dos serviços (para cada mês);

g. **3%** (três por cento) **por dia**, até o limite de 15% (quinze por cento) incidente sobre **o valor mensal estimado do contrato**, nos seguintes casos:

- Atrasar o pagamento dos salários dos empregados envolvidos na prestação do serviço;
- Atrasar o pagamento do vale-transporte e/ou auxílio alimentação dos empregados envolvidos na prestação do serviço ou demais verbas indenizatórias previstas na CCT/CLT;
- Atrasar o início da prestação dos serviços, após a assinatura do contrato;

EM BRANCO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

h. **3%** (três por cento) do **valor global** do contrato pela subcontratação da prestação do serviço;

i. **5%** (cinco por cento) do **valor global** do contrato por recusar injustificadamente a assinatura do contrato;

III - Suspensão temporária de participar de processos licitatórios e impedimento de contratar com a administração, com o consequente descredenciamento no SICAF, por um prazo não superior a 02 (dois) anos;
IV - Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade;
V – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme o art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
§ 1º A aplicação da sanção prevista no inciso III do contrato impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos, no âmbito do órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção, conforme dispõe o Art. 3º da IN SLTI MPOG 02/2010.

§ 2º A aplicação da sanção prevista no inciso IV do contrato impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme dispõe o Art. 3º da IN SLTI MPOG 02/2010.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V do contrato impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos no âmbito interno do ente federativo que aplicar a sanção, conforme dispõe o Art. 3º da IN SLTI MPOG 02/2010.

a. As penalidades previstas nos incisos I, III, IV e V poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no inciso II, facultada a defesa prévia do fornecedor, com regular processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

b. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante/contratado deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo da multa aqui prevista e das demais cominações legais.

c. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente dos pagamentos devidos pela Administração, ou em não havendo créditos da contratada, acionada a garantia contratual, se houver, ou encaminhada para a inscrição na dívida ativa.

EMBARGO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

d. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

e. A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.

CLAUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido nos casos previstos nos Arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93 e das formas previstas no Art. 79 da mesma lei, com as consequências contratuais e as previstas no art. 80 da mesma lei.

a) A rescisão do Contrato ocorrerá sem prejuízo da exigibilidade de débito anterior da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e de condições estabelecidas neste instrumento, além das perdas e danos decorrentes.
b) O Contrato poderá ainda ser rescindido por conveniência administrativa da CONTRATANTE, mediante comunicação escrita, entregue diretamente ou por via postal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.
c) Pela rescisão, de que trata o parágrafo segundo do art. 79 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA terá o direito de receber pelos serviços já executados e aceitos pela CONTRATANTE até a data de encerramento do presente contrato.
d) Conforme o disposto no Inciso IX, do artigo 55, da Lei 8666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, do referido Diploma Legal.
e) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, facultada a defesa prévia do interessado e assegurados o contraditório e a ampla defesa.
f) A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CONTRATADA QUANDO DA RESCISÃO/EXTINÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA deverá providenciar a entrega da documentação abaixo relacionada para o fiscal do contrato, quando da extinção ou rescisão do contrato, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contados da data da extinção do contrato ou rescisão:

Digitized by Google

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

a) Comprovação de que os empregados serão/foram realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho OU os Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);
b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);
c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013); e
d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);

§1º - Até que a contratada comprove o disposto no caput, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 01 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 02 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto no instrumento convocatório e nos incisos IV e V do art. 19-A da IN 02/2008.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste contrato deverá ser publicado do Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 6.º da Lei n.º. 8.666/93, correndo as despesas por conta da contratante.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Federal do Estado de Mato Grosso, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato.

EM BRANCO

Divisão Técnica - DIT
Proc. Nº 047/16
Fls. 164
Rubrica:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Coordenação Regional Norte de Mato Grosso
Avenida do Colonizador, 379, Setor Sul Centro. CEP: 78500-000
Telefones: (66) 3541-1171 / 2285 / 4561 - Colíder - MT

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

E, por estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, obrigando-se em Juízo e fora dele, por si e por seus sucessores legais.

Colíder-MT, 01 de novembro de 2016.

Marcelo F. Canova

CONTRATANTE

Marcelo Fraccari Canova
Coordenador Regional Substituto
Port. 611/PRES de 16-06-2014

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Amábily Cazelato
CPF: 042.978.211-09

Nome: _____
CPF: _____